



Prefeitura Municipal de Birigui

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 46.151.718/0001-80

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA CHAMADA PÚBLICA N.º 03/2016

1 – OBJETO:

1.1 - Constitui objeto do presente Edital o **Credenciamento de Instituições Financeiras para que, em nome e por conta do Município de Birigui, procedam ao recebimento de tributos e demais receitas municipais, através de documentos de arrecadação emitidos obrigatoriamente em padrão FEBRABAN** por intermédio de suas agências, com prestação de contas por transmissão eletrônica de dados dos valores arrecadados.

2 – DA JUSTIFICATIVA:

2.1 - Manutenção das atividades de arrecadação e pagamentos diversos da Administração Municipal, visando à facilitação do processo de arrecadação e melhor atendimento aos contribuintes.

3 – DO PRAZO:

3.1 - Os contratos celebrados em decorrência deste credenciamento terão vigência pelo prazo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogados mantidos as condições da contratação inicial, até o limite máximo de 60 (sessenta) meses.

4 – DA FORMA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS:

4.1 – A(s) Instituição(ões) financeira(s) credenciada(s) prestará(ão) serviços de recebimento de contas, tributos e demais receitas municipais de acordo com as estipulações do presente edital e minuta do contrato.

4.1.1 – A prestação dos serviços de arrecadação, através de documento de arrecadação e o repasse de tributos e demais receitas municipais, com respectiva prestação de contas por transmissão eletrônica de dados, em favor do Município, serão realizadas pela(s) Instituição(ões) financeira(s) credenciada(s), por suas subsidiárias, agências bancárias e postos de serviços, existentes ou a serem criados.

4.2 – São obrigações da instituição financeira credenciada:

I – Receber tributos e demais receitas municipais somente através dos documentos de arrecadação, expedidos e aprovados pela Secretaria Municipal de Finanças, que estejam com todos os campos de informações obrigatórios devidamente preenchidos, sem emendas ou rasuras, por qualquer modalidade pela qual se processe o pagamento, nos termos deste Edital;

II – Arrecadar em toda sua rede de agências, postos bancários e outras representações, inclusive as que vierem a ser inauguradas, após a assinatura do contrato;

III – Apresentar ao Município, no ato da assinatura do contrato, meios necessários à implementação da prestação de serviços contratados e os horários de funcionamento de cada unidade arrecadadora, mantendo tais condições durante todo o período de vigência do contrato, sendo que a implementação de novas

modalidades de pagamento deverá ser previamente aprovada pela Secretaria Municipal de Finanças;

IV – Comunicar formalmente ao Município, com a maior brevidade possível, a ocorrência de avarias, danos, reparações ou modificações ocorridas no sistema de recolhimento da instituição financeira, que resultem em descontinuidade de arrecadação em modalidade de pagamento colocado à disposição do contribuinte, ou na modificação de qualquer processo que tenha reflexo nos serviços objetos do presente Edital;

V – A informação recebida nos documentos de arrecadação municipal será obtida pela leitura do código de barras padrão FEBRABAN ou pela digitação da respectiva representação numérica, ou por meio previamente aprovado pela Secretaria Municipal de Finanças;

VI – A instituição financeira credenciada não poderá, em hipótese alguma, cobrar qualquer taxa ou tarifa do contribuinte e/ou devedor, pela recepção, processamento e pagamento de suas obrigações;

VII – Autenticar o documento de arrecadação, em todas as suas vias, ou emitir um recibo da recepção do pagamento, contendo o número de autenticação caixa ou código de transação, valor e data de pagamento;

VIII – Manter os documentos de arrecadação arquivados por um período de 180 (cento e oitenta) dias;

IX – Enviar ao Município, até o 1º (primeiro) dia útil seguinte, arquivo com total das transações do dia, sendo que o valor total da arrecadação deverá ser o mesmo do valor transmitido pelo Sistema de Pagamento Brasileiro (SPB). Nos casos das Lotéricas e Similares e Correspondentes Bancários o prazo de envio será de até o 2º(segundo) dia útil seguinte às transações do dia;

X – Em caso de incorreção de dados, remeter as informações regularizadas no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir do horário de recebimento da comunicação de rejeição, sem prejuízo das penalidades previstas no contrato;

XI – Cumprir as normas estabelecidas na legislação específica do Município, bem como nos instrumentos normativos que vierem a ser editais para regular o procedimento concernente aos serviços de arrecadação objeto do contrato, o que dependerá de prévia ciência das partes, por escrito;

XII – Fornecer ao Município, sempre que solicitadas, certidões negativas de encargos trabalhistas, fiscais e previdenciários;

XIII – Disponibilizar ao Município os documentos e as informações necessárias para a verificação dos procedimentos de arrecadação, ficando a instituição financeira credenciada obrigada a resolver eventual irregularidade, inclusive reprocessando a informação contida nos arquivos auditados, no prazo máximo de 30 (trinta) dias;

XIV – Manter as informações de transmissão de arrecadação em meio eletrônico por um período mínimo de 05 (cinco) anos;

XV – A instituição financeira credenciada repassará o produto da arrecadação nos prazos definidos a seguir:

a) No 1º dia útil após a data do recebimento para os documentos arrecadados no guichê, e forma de pagamento em dinheiro;

b) No 1º dia útil após a data do recebimento para os documentos arrecadados no Autoatendimento, Banco Postal e na Internet;

c) No 2º dia útil após a data do recebimento para os documentos arrecadados na Rede Lotérica e no Correspondente Bancário, e forma de pagamento em dinheiro.

4.2.1 - A instituição financeira credenciada enviará os arquivos de retorno relativos aos recolhimentos realizados pela instituição no 1º (primeiro) dia útil após a data do recebimento, bem como reenviará em até 03 (três) dias úteis sempre que solicitado pela contratante.

4.2.2 - A instituição financeira credenciada informará os números para contato telefônico com as centrais de apoio aos serviços de transmissão dos arquivos de retorno, bem como os endereços eletrônicos também utilizados pelas mesmas, e ainda atualizá-los sempre que houver modificações destes.

4.3 - É vedado à instituição financeira credenciada:

I – utilizar, revelar ou divulgar, no todo ou em parte, ainda que para uso interno, informações ou documentos vinculados à prestação de serviços para o Município.

II – cancelar ou debitar valores sem a autorização expressa do Município.

4.4 - Não será considerada como repassada a arrecadação:

a) enquanto o arquivo das transações remetido pela instituição financeira credenciada não for recebido pelo Município;

b) quando o valor constante do arquivo das transações for diferente do valor registrado no extrato, e enquanto perdurar a irregularidade.

4.5 - São obrigações do Município:

I – especificar o protocolo de comunicação a ser utilizada na transmissão eletrônica de dados;

II – estabelecer as especificações técnicas para a captura e envio das informações, conforme as condições estabelecidas no padrão FEBRABAN de código de barras;

III – remunerar a instituição financeira credenciada pelos serviços efetivamente prestados, mediante a apresentação de relatórios mensais determinados neste termo;

IV – pôr à disposição dos contribuintes a informação necessária para que estes possam efetuar seus pagamentos;

V – Entregar à instituição financeira credenciada:

a) Recibo do arquivo enviado;

b) Mensagem de aceitação/rejeição do arquivo enviado.

4.6 - O Município autoriza a Contratada a receber contas, tributos e demais receitas devidas, com cobrança de acréscimos, ficando sob a responsabilidade da instituição financeira credenciada o cálculo dos acréscimos previstos na legislação municipal e especificados no documento de arrecadação.

5 – DOS QUANTITATIVOS ESTIMADOS DOS SERVIÇOS:

5.1 - A quantidade estimada de recebimentos decorrente da contratação é a seguinte:

Carnês a serem Impressos

Imposto	QTDE
IPTU	53.000
ISS FIXO MENSAL	1.000
ISS-ESTIMADO	1.200
TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE ATIVIDADES	6.000

Total de Lâminas para Impressão – 12 MESES	QTDE
DÉBITO AUTOMÁTICO	53.000
IDENTIFICAÇÃO	53.000
COTA ÚNICA	53.000
PARCELAS DE IPTU - 3 VEZES	159.000
PARCELAS DE IPTU – 10 VEZES	530.000
CAPAS/ CONTRACAPAS	106.000
ISS FIXO MENSAL	10.000
ISS ESTIMADO I	14.400
TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE ATIVIDADES -	24.000

TRIMESTRAL	
DÉBITO AUTOMÁTICO/ISS	2.200
CAPA/CONTRACAPA ISS	6.600
CAPA/CONTRACAPA TAXA DE FISCALIZAÇÃO	18.000
TOTAL GERAL	1.029.200

6 – DOS SERVIÇOS E VALORES A SEREM PAGOS:

6.1 - Pela prestação dos serviços o Município pagará às instituições financeiras credenciadas os seguintes valores unitários para o período de 12 (doze) meses de credenciamento:

ITEM	SERVIÇO/CANAL DE ATENDIMENTO	VALOR
1	por doc. recebido no Guichê de caixa	R\$ 1,60
2	por doc. recebido na Rede Lotérica ou Similar	R\$ 1,60
3	por doc. recebido Internet	R\$ 1,60
4	por doc. recebido em autoatendimento	R\$ 1,60
5	por doc. recebido nos correspondentes bancários	R\$ 1,60
6	por doc. recebido no Gerenciador Financeiro	R\$ 1,60
7	por doc. recebido no Banco Postal	R\$ 1,60
8	por doc. recebido por Débito em Conta	R\$ 1,60

*Pela execução de todos os serviços disponibilizados pela Instituição, a mesma será remunerada conforme tabela acima, **conforme o canal utilizado**.

6.2. DA FORMA DE PAGAMENTO

6.2.1 - Todas as Instituições Financeiras credenciadas repassarão ao MUNICÍPIO, através de depósito em **Conta de Arrecadação única informada pelo Município**, o valor recebido, ficando proibida qualquer sobretaxa sobre esses serviços.

6.2.2 - Os valores referentes à prestação dos serviços de arrecadação oriundo do presente credenciamento e respectivo contrato **serão pagos no prazo de 01(um) dia útil, contado do pagamento do produto de arrecadação**, a Instituição credenciada deverá repassar os valores para a conta da Prefeitura Municipal de BIRIGUI, realizando, neste momento, o débito do valor cobrado pela tarifa de arrecadação.

6.2.3 - Os valores serão fixos e irrevogáveis durante o período do credenciamento.

7 – DA FISCALIZAÇÃO:

7.1 - A prestação de serviços de arrecadação ficará sujeita à regulação e fiscalização do Município, que será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, através do Setor de Tesouraria.

8 – DISPOSIÇÕES GERAIS:

8.1 - O Município poderá determinar a qualquer momento, mediante prévia comunicação à instituição financeira credenciada, a realização de inspeções e levantamentos, inclusive nas agências integrantes da rede arrecadadora, para certificação dos procedimentos de processamento e repasse dos recursos arrecadados.

8.2 - O Município, através da Secretaria Municipal de Finanças, poderá a qualquer tempo solicitar a alteração das rotinas operacionais previstas no instrumento de contato, mediante comunicação prévia à instituição

credenciada, desde que o interesse público assim recomendar, observando o prazo estabelecido neste Edital.

8.3 - O Município poderá, a qualquer momento, modificar as condições iniciais do presente credenciamento e retornar, sem indenização os serviços desde que executados em desconformidade com os termos deste regulamento e do contrato, bem como aqueles que se revelarem insuficientes para o atendimento dos contribuintes municipais ou no interesse maior da administração;

8.4 - Caberá aplicação de multa conforme determinado pela Lei 8.666/93, bem como rescisão contratual por descumprimento de quaisquer das obrigações constantes neste termo pela contratada.

8.5 - A apresentação de proposta de credenciamento implica no reconhecimento pelas instituições financeiras credenciadas de que, conforme as normas legais vigentes, é proibido fornecer a terceiros qualquer tipo de informação que tenha obtido por ocasião da execução dos serviços objeto deste credenciamento. Em consequência, a instituição financeira se obriga a realizar todos os atos necessários para manter esta reserva, inclusive instruindo neste sentido os seus funcionários, agentes e representantes.

8.6 - A instituição financeira assume a responsabilidade pelos atos praticados por seus funcionários, agentes, assessores, representantes e qualquer pessoa vinculada a sua instituição no cumprimento do presente CONTRATO que venham em prejuízo dos interesses do Município.

8.7 - **Caso a instituição financeira credenciada não repasse o valor dos pagamentos realizados pelos contribuintes e/ou devedores, assumirá a responsabilidade pelo valor total não repassado, inclusive seus acréscimos.**

Adonai Henrique Brum da Silva
Secretário de Finanças